

OS ENFERMEIROS E...



A DESINSTITUCIONALIZAÇÃO

COORDENAÇÃO JÚLIA TRIGO / LUÍS FERREIRA sracores@ordemenfermeiros.pt

Todos nós temos o dever de envidar esforços para a reintegração

Em Portugal, e à semelhança do que se passa no resto do mundo, o processo de desinstitucionalização das pessoas com doença mental tem sido lento e difícil e as variadíssimas propostas de reorganização dos serviços/organizações implicáveis e/ou implicadas nem sempre têm sido exequíveis

JOSE MARTINS MATOS
ENF.º ESP. EM SAÚDE MENTAL E PSIQUIATRIA

Ao falarmos de desinstitucionalização não podemos deixar de realçar alguns aspectos importantes que se verificaram ao longo da história e que contribuíram para este processo.

No passado, as pessoas com doença mental eram afastadas da sua família e comunidade para serem encaminhadas para grandes instituições fechadas e isoladas, construídas na sua maioria fora dos centros urbanos. A perda da identidade e da individualidade, a degradação das condições de vida, a ruptura com a família e amigos, e, em muitos casos os maus tratos físicos, a negligência e o abandono causaram uma nova doença, "o hospitalismo", e uma nova condição, "a exclusão social".

Só a partir da descoberta dos psicofármacos, e através do impacto do movimento para a desinstitucionalização, foi possível começar a mudar estas atitudes por parte da sociedade. Em primeiro lugar, pela melhoria das condições de vida nos Hospitais devido à introdução da terapia ocupacional, pela psicoterapia, e mais tarde, pela contestação radical dos Hospitais Psiquiátricos como instituições totalitárias.

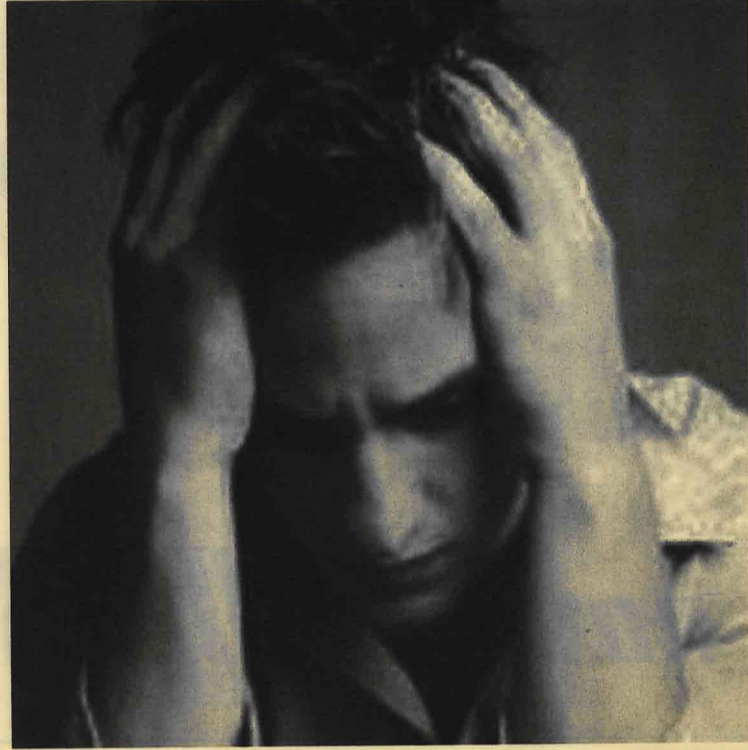
A partir de 1998, pudemos assistir a alguns avanços nas políticas de desinstitucionalização, com a reabilitação psicossocial e a criação de estruturas na comunidade. Tem-se verificado, nos últimos anos, uma grande abertura à comunidade por parte das instituições da Região que albergam a pessoa com doença mental, nomeadamente as Casas de Saúde e também as residências na comunidade. Neste contexto, o enfermeiro desempenha um papel importante na avaliação e orientação destas pessoas.

O aparecimento da Psiquiatria Comunitária veio propor uma nova metodologia no tratamento destas pessoas, nos Centros de Saúde Mental ou nas Unidades de Dia dos Hospitais Gerais, privilegiando a sua inserção na comunidade, sem as afastar da sua família e das suas redes de pertença. Neste sentido, o enfermeiro apoia toda a família da pessoa com doença, orientando-a e ajudando-a a mobilizar os seus próprios recursos. É de salientar que os internamentos devem ter uma duração limitada, pois o seu objectivo é ajudar a pessoa a ultra-



A perda da identidade pode advir da institucionalização...

DIREITOS RESERVADOS



O hospitalismo origina outra condição: a exclusão social

DIREITOS RESERVADOS



Os internamentos não devem ser prolongados sob pena de promoverem a "institucionalização"

DIREITOS RESERVADOS

passar a crise (fase mais aguda da doença), identificar o(s) problema(s), instituindo um plano terapêutico, e, tão depressa quanto possível, reintegrá-la na comunidade garantindo o seu acompanhamento em ambulatório. O enfermeiro, aquando do acolhimento da pessoa na unidade de internamento dos serviços de Psiquiatria, deverá incentivar o familiar a visitá-la, proporci-

nando o ambiente adequado, para a implicar, desde logo, no processo de reabilitação sociofamiliar. Deverá, ainda, existir uma articulação entre as organizações hospitalares e as da comunidade, visto que o objectivo do tratamento já não é apenas o desaparecimento dos sintomas, mas também a melhoria da qualidade de vida e a integração familiar, social e profissional. Para que se

atinga estes objectivos, os serviços de saúde mental devem articular-se com outros serviços que oferecem recursos diferentes e adequados a esse fim, como centros de emprego e de formação profissional, escolas, serviços de segurança social, instituições particulares de solidariedade social (IPSS), centros paroquiais, juntas de freguesia, entre outros. A complexidade dos problemas

As organizações de prestação de Cuidados de Saúde devem articular-se com outros serviços e com as famílias, para garantirem outra efectividade no processo de desinstitucionalização

causados pelas perturbações mentais e pela exclusão social, devida ao estigma ao qual estão ainda sujeitas estas pessoas, exige a junção de esforços e de recursos, numa acção concertada e articulada, valorizando as redes de suporte social e o trabalho em parceria entre várias entidades, públicas ou privadas.

Nesta articulação, o enfermeiro, dada a sua proximidade com a pessoa/família, conhece melhor as suas necessidades e potencialidades, pelo que desempenha um papel preponderante na equipa multidisciplinar. É ele que mais tempo passa com estas pessoas e suas famílias e que detém um maior conhecimento acerca dos seus problemas e recursos, garantindo, assim, outra efectividade no processo de desinstitucionalização. ||